

TERRENO CONSOLIDADO

NOVA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO? — UM OLHAR VOLTADO PARA A EMPRESA E A SOCIEDADE.

de Helena Hirata. São Paulo: Boitempo, 2002, 336 pp.

LEONARDO MELLO E SILVA

Este livro de Helena Hirata não interessa apenas ao campo regional dos estudos feministas ou do trabalho feminino. Talvez o ensinamento maior da proposta que a ele subjaz — por meio de um rigoroso inventário de vinte anos de pesquisas e reflexão exemplares nos treze capítulos distribuídos em três partes — seja o de que a temática em questão interpela (ou pelo menos deveria fazê-lo) tanto as mulheres quanto os homens. A via de acesso é a sociologia do trabalho ou os estudos do trabalho, em que tal temática se desenvolve. Mas as implicações vão além do enquadramento disciplinar. Na verdade, não é bem de uma temática que se trata quando se introduz a dimensão da divisão sexual do trabalho, senão da configuração mesma de uma problemática. A saber, a problemática das relações sociais de sexo e das suas implicações para uma reconstrução das categorias operantes nas ciências sociais em áreas como família, reprodução e trabalho doméstico, mas também regime fabril, qualificação, tecnologia, emprego e lazer. Embora tudo isso tenha sido amplamente discutido pelos pesquisadores dedicados ao tema no Brasil — graças inclusive à influência da autora e de suas intervenções no campo —, nunca é suficiente demarcar os pontos teórica e metodologicamente relevantes dessa problemática, pois o seu alcance é de fato mais amplo.

Em primeiro lugar, a problemática da divisão sexual do trabalho suscita o diagnóstico da crise da sociedade do trabalho ou a discussão sobre a centralidade do trabalho, revelando-se o quanto tal debate é vincado por noções pretensamente homogêneas, que se tornam impertinentes quando pensadas para caracterizar a atividade das mulheres em sua coerência ao mesmo tempo produtiva e reprodutiva. A crise do trabalho assalariado e de tempo completo é sobretudo a crise de um trabalho masculino na sua configuração sexuada. Do mesmo modo, uma variante mais atualizada desse debate vem insistindo numa distinção entre trabalho e atividade, o que mais uma vez aproxima as mulheres do segundo termo e os homens do primeiro, mas não se esforça para compreender as razões (his-

tóricas e estruturais) dessa diferenciação. Esse seria o segundo ponto a destacar. Que as mulheres estejam naturalmente mais afeitas à inconstância do ciclo de vida profissional, ou então a tipos de trabalho que em geral associamos à precarização das relações laborais, como o trabalho informal e de meio-período, é exatamente o que precisa ser explicado como um produto e não como evidência para o discurso positivo que anima a investigação científica, embora a realidade daquela associação esteja fartamente demonstrada em termos empíricos, na forma de desigualdade na relação de emprego e na relação de poder no interior das interações profissionais.

Trata-se portanto de uma abordagem metodológica que retoma as indicações de uma "crítica da economia política", uma vez que busca as determinações mais profundas da permanência factual da dominação de um sexo por outro. É também uma abordagem que em certa medida se socorre da tradição da escola sociológica francesa, ao realçar o caráter socialmente construído dos conceitos (masculino e feminino) e o seu sentido antes de tudo antinaturalizante. Por isso o livro de Helena Hirata é mais do que simplesmente o resultado de uma trajetória coerente e rica de implicações em sua área de estudos. É na verdade a explicitação de um projeto, eu ousaria dizer, científico e político. Científico porque articulado o tempo todo pela busca do desvelamento do real e pela pesquisa da verdade. Político porque reconhece que a consecução desses propósitos depende de injunções que se encontram fora da linguagem própria à ciência, envolvendo outras formas de conflitos (de poder entre um sexo e outro). Projeto que, como a autora deixa claro em várias passagens do livro, é coletivo, gestado num debate desenvolvido por vários pesquisadores na França em torno de um objeto que vai se aprimorando: do "gênero" para a "divisão sexual do trabalho" e desta para a "relação social sexuada" (cap. 13) — trajetória que acompanha o deslocamento do "trabalho da mulher" para uma construção inteiramente relacional dos sexos, impedindo assim uma absolutização das posições de "mulher" e "homem" no trabalho e fora dele.

As implicações teóricas disso vão além, em um outro sentido — e esse seria um terceiro aspecto a assinalar: de um ponto de vista sexuado, a unidade do conceito de classe social fica como que quebrada ou transpassada por outras relações sociais. O enfoque da divisão sexual do trabalho evidencia a necessidade de pensar a relação salarial (e, portanto, a força de trabalho no capitalismo) não a partir do esquema unicamente econômico no qual a sua análise foi originalmente concebida, mas, radicalmente, a partir da ação, da subjetividade, da presença dos atores na reposição dessa estrutura — numa palavra, do movimento social. A unidade entre sexo e classe não conduz a uma relação de subalternidade entre um e outro termo, tampouco de autonomia, mas, segundo a literatura que inspira a abordagem da autora, de "co-extensividade".

Além dos três aspectos ressaltados, simultaneamente teóricos e metodológicos, o alcance dessa abordagem promove, no limite, uma re-

construção do conceito de trabalho, sem hierarquizar os componentes dos pares nos quais ele ordinariamente se apresenta: trabalho assalariado *versus* doméstico; trabalho profissional *versus* eventual; trabalho formal *versus* informal; trabalho de tempo completo *versus* parcial etc. Isso porque o elemento subordinado em cada um desses pares (trabalho doméstico, eventual, informal, parcial) encontra uma explicação coerente na medida em que se faz intervir a divisão sexual do trabalho, na qual a posição subordinada guarda inteligibilidade. A posição da mulher na família explica os freqüentes movimentos de entrada e saída no mercado de trabalho e a conseqüente desvalorização social derivada da ruptura de um ideal de "carreira" difícil de ser mantido, assim como o domínio masculino sobre as posições prestigiosas nesse mercado explica a marginalização das mulheres nos momentos de reestruturação nas empresas, ou os espaços de socialização e formação que conformam desde cedo papéis sexuais definidos que serão mais tarde aproveitados na alocação de tarefas e na distribuição dos postos de trabalho na fábrica e nos serviços.

O tema da masculinização e feminização das tarefas e postos aparece de maneira enfática, por exemplo, na análise da indústria do vidro (cap. 3), em que geralmente as mulheres são alocadas no "setor frio" e os homens no "setor quente" (p. 75), denotando uma divisão entre funções nobres, as segundas, e mundanas, as primeiras, mas também no ramo eletroeletrônico (cap. 2), em que há persistente participação feminina em postos com menores requisitos de qualificação, sobretudo nas seções de embalagem (o que se dá também na indústria químico-farmacêutica, outro ramo de atividade que foi objeto de pesquisas da autora). Todos esses ramos de atividade se beneficiaram de um enfoque comparativo entre países. Aliás, uma das importantes especificidades do trabalho de Helena Hirata é justamente a superposição da dimensão da divisão internacional do trabalho à da divisão sexual, o que reforça o elemento de continuidade desta última ao perpassar os vários níveis em que as desigualdades podem se apresentar. É notável a permanência da divisão sexual do trabalho tanto em sua variação espacial (países altamente industrializados/países periféricos) quanto temporal (dimensão diacrônica): deslocam-se as fronteiras mas mantêm-se o essencial da diferença. Isso é demonstrado particularmente no capítulo 11, no qual se discute o impacto dos novos modelos de organização industrial no trabalho das mulheres.

Deve-se marcar ainda o esforço de diálogo de uma sociologia das relações sociais de sexo com outras disciplinas. Isso aparece de maneira explícita e mais sistemática em relação à psicodinâmica (ou psicopatologia) do trabalho (cap. 12), gerando interrogações e desafios de natureza epistemológica que não seria possível desenvolver nesta resenha. De maneira implícita e menos sistemática, são também questionados aqui e ali certos pressupostos da economia do trabalho e do

desenvolvimento, em especial os relativos às teorias segmentacionistas e a uma certa leitura economicista do marxismo. Dessa forma, a obra contém uma riqueza temática que precisa ser capturada, estando como que diluída ao longo dos capítulos mediante uma série de indicações relevantes e muito instigantes para o investigador da sociologia do trabalho. É o caso da discussão sobre o significado da automatização e da relação com a técnica na indústria agroalimentar no Ocidente e no Japão (cap. 4), quando foi preciso transformar a tecnologia importada em função das necessidades locais (p. 93), uma passagem quase marginal no argumento de base do livro e que contudo já sugere uma abordagem próxima ao que depois ficou conhecido como o "modelo da competência". O foco principal no trabalho fabril parece ser, por todas as razões já esboçadas, uma estratégia de acesso ao objeto (divisão sexual do trabalho) e não uma escolha metodológica fechada — afinal o subtítulo da obra remete a "um olhar voltado para a empresa e a sociedade". No entanto, é digno de nota que a maior parte dos exemplos e casos estudados seja oriunda de situações de fábrica e do universo organizacional das empresas — mesmo quando a estrutura reprodutiva é realçada, como no caso dos alojamentos-dormitório no Japão (cap. 6).

No mínimo, o livro de Helena Hirata nos apresenta uma literatura bastante ampla (embora com ênfase na produção francófona) sobre a divisão sexual do trabalho e suas interfaces interdisciplinares, o que ajuda o pesquisador na indicação de possíveis caminhos a trilhar. Um dos méritos da edição, aliás, é que põe à disposição alguns textos da autora de circulação restrita, quer porque estivessem redigidos em francês, quer porque o acesso a eles fosse dificultado pelo caráter de comunicação em congressos, seminários, séries institucionais, quer ainda porque estivessem simplesmente esgotados. Estamos em suma diante de uma verdadeira agenda de investigação — exposta sobretudo no último capítulo, que aliás fecha muito oportunamente o livro.

Essas foram as impressões que um olhar deliberadamente "masculino" (e um dos ensinamentos do trabalho de Helena e suas companheiras é que não se pode escapar disso) tomou do conjunto das questões propostas em torno da indagação sobre uma *nova divisão sexual do trabalho* — e a resposta negativa a essa questão parece inequívoca em face das permanências demonstradas —, esperando que as intervenções feministas dêem conta de cobrir, em outros comentários ao livro, os aspectos mais evidentes não contemplados aqui. A continuidade e a insistência das pesquisas nessa área da sociologia do trabalho feitas hoje no Brasil demonstram que o continente descortinado é vasto.

LEONARDO MELLO E SILVA é professor do Departamento de Sociologia da USP.